Dois caminhos distintos se abrem para o Brasil

20/03/2016

Marcio Pochmann

Para o Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram as piores de todo o século 20, pois foram marcadas pela decadência econômica e social. Com o projeto nacional desenvolvimentista vigente entre os anos de 1930 e 1980 sendo interrompida pela equivocada política de ajuste exportador do último governo da ditadura militar (1964 – 1985), a trajetória brasileira foi a de regressão tanto da 8ª para a 13ª posição no *ranking* das economias mais ricas do mundo como da 13ª colocação para a 3ª na lista de países com maior desemprego global entre os anos de 1980 e 2000.

A incapacidade do governo Sarney (1985-1990) de retomar as linhas gerais da industrialização abriu caminho para o desastre da desindustrialização estabelecida com primazia pelo neoliberalismo dos governos Fernandos (Collor e Cardoso). Somente na década de 2000, com a ascensão dos governos liderados pelo *PTismo* que a economia brasileira conseguiu simultaneamente convergir – em pleno regime democrático – o crescimento econômico com a inclusão social.

Aproveitando-se de uma conjuntura econômica externa favorável, a nova correlação de forças políticas decorrente da vitória eleitoral de 2002 permitiu elevar consideravelmente o poder de compra dos salários e o nível do emprego, diminuindo a concentração de renda e expandindo o mercado interno. Inversamente à histórica trajetória pregressa, observou-se que a inclusão socioeconômica do segmento de baixa renda favoreceu decisivamente o sentido da homogeneização do padrão de consumo.

Frente a isso, não demoraram a aparecer alguns sinais de mal-estar por parte da elite brasileira acostumada ao exclusivismo do seu padrão de consumo diferenciador de classe. Para agravar, a tradição do seu mimetismo fez crescer ainda mais inveja por conta do avanço das bases ideológicas do *Tea Party* estadunidense.

Acontece que desde o ano de 1999, com as tentativas de relançar a economia estadunidense com reformas inclusivas do governo Obama, expandiu, em resposta, uma ala mais liberal (*Tea Party*) do Partido Republicano, cuja ideologia é de extrema-direita e receituário econômico assentado em forte restrição fiscal. Guardada a devida proporção, os questionamentos ao programa econômico inclusivo dos governos *PTistas* por parte da oposição crescentemente de direita ganharam mais forte guarida com as opções de ampliação do papel do Estado frente à crise capitalista de dimensão global iniciada em 2008.

A piora do cenário econômico externo concomitante com a transição da política econômica de demanda dos anos 2000 para a de oferta desde 2011 fragilizaram o potencial desenvolvimentista brasileiro. Com a nova derrota eleitoral imposta em 2014, parte da oposição não aceitou o resultado, abandonando a posição de adversária política para a de inimiga de classe.

Em síntese, a mudança da situação de parceira no certame eleitoral para a de guerra voltada à eliminação do Partido dos Trabalhadores. Para isso, passou a valer qualquer tipo de meio, inclusive abandonar as regras estabelecidas consensualmente pela Constituição Federal de 1988.

Enquanto o governo da presidente Dilma insiste no programa de relançamento da economia, cujo caminho é o de seguir na homogeneização do padrão de consumo, setores impulsionadores do descarte do PT defendem sornateiramente o inverso. Isto é, o rebaixamento das condições socioeconômicas e políticas para que seja possível novamente a volta do padrão de desigualdade na distribuição de renda. Por isso, a ênfase no retorno do programa neoliberal, com a privatização da Petrobras, a adoção da terceirização no mercado de trabalho e

a redução dos direitos sociais e trabalhistas inscritos na Constituição Federal de 1988.

Novamente, dois caminhos distintos se abrem para o Brasil. As fichas já estão na mesa, chegando a hora do conjunto da população se posicionar por qual país deseja viver e deixar para as próximas gerações.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Unicamp

(Artigo publicado em Rede Brasil Atual)

Compartilhe nas redes: